

AO ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA POLICLÍNICA ESTADUAL DA REGIÃO NORDESTE – POSSE.

PROCESSO: 202400010036942

REF.: INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2024-SES/GO

DO EFEITO SUSPENSIVO

A Recorrente requer que as presentes razões sejam devidamente recebidas e analisadas pela autoridade competente para análise e julgamento, pleiteando, ainda, a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso até a decisão final na esfera administrativa.

IMPUGNAÇÃO À DESCLASSIFICAÇÃO DA FUNDAH/C/UFMG

FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - FUNDAH/C, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.918.347/0001-43, com sede e foro na cidade de Goiânia, sito à 1ª Avenida, nº 545 – Setor Leste Universitário, CEP. 74.605-020, neste ato representada por conforme instrumento de procuração em anexo, vem perante V. Senhoria, interpor a presente **IMPUGNAÇÃO À DESCLASSIFICAÇÃO** no âmbito do Processo Licitatório nº 08/2024-SES/GO, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I. DOS FATOS

A impugnante participou regularmente do certame em epígrafe, apresentando proposta em estrita observância ao edital. Contudo, foi desclassificada "**POR ENTREGAR MÍDIA DO ENVELOPE 2 JUNTO À MÍDIA DO ENVELOPE 1**", sem que houvesse prejuízo ao procedimento ou aos demais licitantes.

No entanto, o item 9.1.15 do edital supracitado, estabelece que "**9.1.15. A mídia digital contendo o arquivo eletrônico de toda a documentação apresentada também na fase de habilitação**", sem mencionar em nenhum momento a necessidade de separação entre as mídias dos envelopes.

Ademais, referida desclassificação viola o princípio do formalismo moderado e não considera a ausência de qualquer má-fé ou prejuízo à Administração Pública.

II. DO DIREITO

2.1. Princípio do Formalismo Moderado

Conforme preconizado pela doutrina e jurisprudência, o procedimento licitatório deve observar o **princípio do formalismo moderado**, que busca evitar a imposição de sanções desproporcionais e privilegia o alcance do interesse público.

Nesse sentido, **Hely Lopes Meirelles** afirma:

"O formalismo da licitação não deve ser confundido com formalismo excessivo. Deve-se buscar a observância das normas essenciais, mas sem exageros, desde que não haja comprometimento dos princípios fundamentais do certame."
(MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012)

2.2. Ausência de Prejuízo

A inclusão da mídia digital contendo o arquivo eletrônico é vício formal que não compromete o caráter competitivo da licitação, nem resulta em prejuízo à Administração ou aos demais licitantes.

Seguindo a tendência doutrinária, jurisprudencial e, mesmo, normativa, a nova Lei de Licitações traz uma série de artigos que direcionam a atuação dos servidores envolvidos com o julgamento de propostas e habilitação, com a homologação, com a execução dos contratos e com o controle, para o necessário saneamento de falhas, sempre que possível, com o aproveitamento do procedimento.

Vejamos alguns exemplos: art. 12, inc. III; art. 59, inc. I e V; art. 64, caput e § 1º, art. 71, inc. I e parágrafo primeiro e art. 147.

No art. 169, ao definir a necessidade de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo das contratações públicas, o Projeto de Lei impõe aos servidores envolvidos, quando constatarem simples impropriedade formal, a necessidade de adoção de medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis (§ 3º).

Portanto, há uma diretriz muito clara para o enfoque no formalismo moderado.

2.3. Jurisprudência

A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que vícios formais devem ser relativizados, desde que preservados os princípios da isonomia e do interesse público. Nesse sentido:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – Acórdão nº 1.483/2016 – Plenário:

"A desclassificação de licitante por vício formal, sem análise de prejuízo à competitividade ou ao interesse público, viola o princípio do formalismo moderado."

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – REsp
1.072.225/MG:**

"A interpretação das normas licitatórias deve observar o princípio da razoabilidade, evitando a adoção de medidas desproporcionais que comprometam o interesse público."

III. DO PRINCÍPIO DO MENOR PREÇO

O princípio do menor preço, pilar da licitação, visa assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/93. A desclassificação da impugnante, por motivo meramente formal, contraria tal princípio, pois desconsidera uma eventual proposta plenamente vantajosa para a Administração.

IV .DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O acolhimento da presente impugnação;
2. A reconsideração da decisão de desclassificação da proposta da impugnante;
3. A continuidade de sua participação no certame, com base nos princípios do menor preço, razoabilidade e formalismo moderado.

DA PROPOSTA TÉCNICA DO IMED

1. FLUXO UNIDIRECIONAL PARA MATERIAIS ESTERILIZADOS/ROUPAS

O fluxo de roupas descrito na página 140 do edital não condiz com a planta da unidade, visto que prevê a utilização de elevadores, contrariando o princípio da unidirecionalidade essencial para evitar contaminações cruzadas. Conforme estabelece o item do edital, a logística interna deve assegurar fluxos seguros, o que não ocorre no modelo proposto.

Pedido: Requer-se a revisão do critério de avaliação, considerando a realidade estrutural da unidade, garantindo uma pontuação justa e compatível com as diretrizes técnicas estabelecidas no edital.

2. PROPOSTA DE PROJETO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Na Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação, descrita na página 359 do edital, foi identificado que diversos itens relacionados à nutrição, como bicos e mamadeiras, são incompatíveis com o perfil da unidade. O item do edital exige que a tecnologia aplicada esteja alinhada às necessidades reais da unidade, o que não se verifica nesse caso.

Pedido: Solicita-se a reavaliação da proposta em questão, com a exclusão de itens que não tenham relação direta com os serviços previstos, garantindo que a pontuação reflita adequadamente a aderência às especificações do chamamento.

DA PROPOSTA TÉCNICA DO CESÁRIO LANGE

PROPOSTA DE TRABALHO COM ADEQUADO PLANEJAMENTO, VISÃO DE FUTURO, CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO, CUSTOS ESTIMADOS E RESULTADOS FACTÍVEIS.

Foi identificado que a proposta de trabalho da empresa Cesário Lange apresenta falhas significativas na sua proposta financeira, especificamente por não contemplar a locação da van para o transporte de pacientes de hemodiálise. A ausência desse item impacta diretamente as metas estabelecidas no edital e compromete o acesso dos pacientes ao tratamento necessário, podendo acarretar em descumprimento dos parâmetros assistenciais exigidos.

Pedido: Solicita-se a revisão da proposta da empresa Cesário Lange, com a devida correção e consideração dos impactos dessa omissão na pontuação final, garantindo a correta avaliação conforme os requisitos do edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

Goiânia-GO, 14 de fevereiro de 2025.

Flávia de Aguiar Wingler

Coordenadora de Serviços de Saúde FUNDAH/C/UG

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS - FUNDAH**

CNPJ nº 02.918.347/0001-43

RECURSOS CHAMAMENTO PÚBLICO 08-2024.docx

Documento número #aff1e15b-ddb3-49d9-b7b0-4bcf3bc8cbc9

Hash do documento original (SHA256): 99299d99e5a815ab8bfe929b974bb81857968f0a55d1e328d74eb1eacba64c56

Assinaturas



FLAVIA DE AGUIAR WINGLER

CPF: 027.286.401-30

Assinou em 14 fev 2025 às 15:19:20

Log

14 fev 2025, 15:18:31	Operador com email admfundahc@fundahc.com.br na Conta 1b07fb59-b998-4de2-a42a-62bb4e7bbf1e criou este documento número aff1e15b-ddb3-49d9-b7b0-4bcf3bc8cbc9. Data limite para assinatura do documento: 16 de março de 2025 (15:18). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
14 fev 2025, 15:18:53	Operador com email admfundahc@fundahc.com.br na Conta 1b07fb59-b998-4de2-a42a-62bb4e7bbf1e adicionou à Lista de Assinatura: flavia.wingler@fundahc.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo FLAVIA DE AGUIAR WINGLER.
14 fev 2025, 15:19:20	FLAVIA DE AGUIAR WINGLER assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail flavia.wingler@fundahc.com.br. CPF informado: 027.286.401-30. IP: 179.96.21.126. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -16.6698242 e longitude -49.248676. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1128.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
14 fev 2025, 15:19:20	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número aff1e15b-ddb3-49d9-b7b0-4bcf3bc8cbc9.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº aff1e15b-ddb3-49d9-b7b0-4bcf3bc8cbc9, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.